

FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR: CAMINHOS PARA UMA NOVA SOCIABILIDADE

Djacira Maria de Oliveira Araújo (UFBA)²⁶

RESUMO

Neste artigo refletimos sobre a práxis do feminismo camponês e popular, enquanto uma expressão do movimento feminista gestado no campo a partir das lutas concretas das mulheres no enfrentamento a violência estrutural do sistema patriarcal, racista, sexista e capitalista. Traçamos um recorrido sobre o seu surgimento, seu caráter internacionalista e os aportes do feminismo camponês e popular, desde uma concepção articuladora das lutas das mulheres em que as opressões e exploração, quer sejam de raça, classe, ou gênero, são percebidas como estruturantes da sociedade capitalista. O objetivo é apresentar reflexões sobre os problemas que vêm sendo enfrentados pelas mulheres e suas organizações e as contribuições do movimento feminista na perspectiva de superá-los.

Palavras-chave:

Feminismo camponês e popular. Patriarcado.
Mulheres do Campo. Movimento Feminista

ABSTRACT

In this article, we reflect about the praxis of people's peasant feminism, as an expression of the feminist movement generated in the countryside from the concrete struggles of women in confronting the structural violence of the patriarchal, racist, sexist and capitalist system. We will trace its trajectory since its emergence, its internationalist character and the contributions of peasant and peoples feminism, from an articulating conception of women's struggles in which oppression and exploitation, whether of race, class, or gender, are perceived as structuring of capitalist society. The objective is to present reflections on the problems that women and their organizations are facing and the contributions of the feminist movement to overcome them.

²⁶Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Especialista em Estudos Latino-americanos pela UFJF. Mestrado em Educação pela UFBA. Tem experiência na área de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com ênfase em educação do campo, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, movimentos sociais, classe social, memória e trabalhadora rural. E-mail: djaciraaraujo@yahoo.com.br

Keywords

Peasant and popular feminism. Patriarchate.
Country Women. Feminist Movement.

1 Introdução

Pensar a estratégia da superação das opressões e exploração na sociedade brasileira exige fazer o percurso histórico a respeito das estratificações sociais de raça, classe e gênero, analisando como os diferentes estamentos sociais²⁷ foram instituídos no decorrer do desenvolvimento dos modos de produção na sociedade. Nesse sentido, em particular, nos interessa lançar um olhar sobre as condições das mulheres.

Neste breve estudo, buscamos situar fatores históricos que nos ajudem a refletir sobre as opressões e explorações que estão se dando em nossa sociedade e incidindo nas condições de vida e lutas das mulheres no campo. Também fazemos um recorrido do surgimento e aportes do feminismo camponês e popular, um movimento internacional que vem sendo construído pelas mulheres do campo. O interesse é obter uma maior compreensão dos problemas que vem sendo enfrentados no campo pelas mulheres e as organizações da classe trabalhadora em face da ofensiva cultural patriarcal, racista e capitalista, refletindo acerca das contribuições do feminismo e as lutas das mulheres na perspectiva de superá-los.

Para nós é importante refletir sobre os aportes do movimento feminista diante do atual cenário internacional de profunda instabilidade e crises, impactando no aumento da violência contra as mulheres e em retrocessos nos direitos conquistados pelo movimento feminista e demais organizações da classe trabalhadora.

No Brasil, desde o golpe de Estado contra a Presidenta Dilma em 2016, as mobilizações feministas têm sido as principais forças nas ruas. Entretanto, essa força ainda tem sido insuficiente para conter a ofensiva de viés fascista, patriarcal e racista que, utilizando de meios legais e ilegais, se aparelharam do governo para aprofundar a opressão e exploração, que, neste

²⁷Sociedade estamental é uma forma de organização social na qual a sociedade é dividida em grupos sociais separados uns dos outros por privilégios, sendo a estratificação social garantida pelo próprio Estado. https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_estamental. Acesso em 01/09/2020.

Gênero, sexualidade e identidades

caso, se faz com muita mais força sobre negros/as, LGBTs, camponeses/as, sem terra, indígenas e trabalhadores/as e sobre as mulheres. Essa ofensiva impõe inúmeros desafios à classe trabalhadora e ao movimento feminista, tanto nas elaborações quanto nas ações que objetivem superar as violências, opressões e a exploração resultante das estratificações sociais da sociedade brasileira, sejam elas de raça, classe e gênero. Diante desses desafios, nos interessa falar sobre a condição feminina nos termos indicados por Teles (1993):

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada no plano econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incomoda de se indignar com o fenômeno histórico em que a metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer do tempo (TELES, 1993, p. 9).

O patriarcado e o racismo não são, segundo as reflexões aqui trazidas, apenas de uma ideologia, pois prescindem de uma base material que é justificada pela ideologia. Assim a nossa compreensão é de que as determinações classistas da sociedade no Brasil se fundiram com o patriarcado e o racismo, aperfeiçoando e ampliando as relações de exploração e opressão sobre determinados grupos humanos, sobretudo, o das mulheres.

O modo de capitalista de produção não faz apenas explicitar os fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de interiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

O patriarcado²⁸ foi apropriado pelas diversas sociedades classistas, e lhes tem sido funcional, no sentido de favorecer o controle social e exploração de determinados grupos humanos.

²⁸ Os aspectos culturais do modelo patriarcal são construções que remontam à sociedade e ao pensamento Grego, em que se definia uma ordem para a vida na *polis*, ou seja, no espaço público, e outra ordem para a vida na *oikia* (espaço doméstico familiar). No decorrer do desenvolvimento das sociedades, a cultura do patriarcal tem sobrevivido e tem sido apropriada pelas formações econômicas para reforçar as desigualdades, manter a propriedade privada e controle e o controle e

O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas à mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era “tradicional” uma subvalorização das capacidades femininas traduzindo em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e portanto da ordem social que a gerara; no plano estrutural, à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizadas das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013, p. 65).

A opressão da mulher e a exploração das capacidades do corpo e do trabalho feminino é estrutural ao sistema capitalista.

A opressão das mulheres foi assimilada pelo capitalismo como forma de diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho, aumentar a exploração da classe trabalhadora; manter uma divisão e competição de interesses e privilégio dentro da classe trabalhadora; assegurar mecanismos de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos (...) (GODINHO 2003, p. 34).

Nos estudos de Saffioti (2013), Teles (1993) e Godinho (2003), vemos que não se pode falar de capitalismo fora da sua relação com o patriarcado e das especificidades do seu desenvolvimento. Se tratando das sociedades de origem colonial, como no caso brasileiro, não se pode analisá-la sem considerar a dominação colonial e o racismo dele decorrente. Há singularidades no desenvolvimento do capitalismo em nosso país, conforme estudos de Saffioti (2013) e de Florestan (2008). Os principais aspectos dessas singularidades são as contradições decorrentes do modo de produção capitalista, em que a dependência externa e as heranças do sistema patrimonial e escravagista, são pilares de origem e estruturantes do capitalismo brasileiro. Para esses autores, embora o desenvolvimento do sistema industrial urbano no Brasil tenha uma ordem social classista de viés capitalista, todavia, sobreviveram padrões tradicionalistas de comporta-

regulação do trabalho e das capacidades produtivas e reprodutivas das mulheres para aperfeiçoar a exploração de classe.

Gênero, sexualidade e identidades

mentos oriundos do sistema colonial que se fundiram no modelo de capitalismo dependente.

O modo de produção colonial (*plantagem*) durou quase quatro séculos, se mantendo através da exploração do trabalho das mulheres e homens escravizados nas lavouras e nas casas grandes, além do “lucrativo” comércio dos seres humanos. A violência, a exploração e o comércio das escravas foram o principal fator econômico, e também da miscigenação que vai dar origem ao povo brasileiro. No regime de escravização, o controle dos corpos das mulheres se deu através da violência sexual e dos estupros, sobretudo das indígenas e africanas, e com a subordinação da mulher branca que era mantida subjugada ao domínio dos maridos, pais e irmãos.

A implantação da grande empresa colonial se fez com a expropriação das terras dos povos indígenas, e com o emprego do trabalho escravo dos povos africanos dominados e traficados para o Brasil com a finalidade de produzir riquezas para os países colonizadores, justificadas por uma ideologia patriarcal, racista e patrimonialista.

Sabe-se que, em qualquer sociedade, o grupo dominante (definido por raça, sexo, etnia etc.) define e impõe seus valores e sua concepção de mundo: constrói estruturas sociais, estabelece as relações sociais de poder; elabora o conhecimento e desenha os símbolos e a utilização da linguagem. Mas, além disso, tais valores tendem a assumir a categoria de universais, com o que se visibiliza o resto da sociedade (CARRASCO, 2003, p.18).

Na passagem do sistema colonial para o republicano, e do sistema agrário para o urbano industrial, não houve ruptura das estruturas econômicas assentadas na grande lavoura agroexportadora, que permaneceu como o principal setor econômico e com isso, também sobreviveram padrões comportamentos raciais e patriarcais oriundos da escravização.

A transição para o capitalismo no Brasil, não se fez integrando as populações negras ao sistema de “trabalho livre”, isto é, o trabalho assalariado. A opção das oligarquias agrárias foi a substituição dos escravos, pelos trabalhadores migrantes. Tão pouco se rompeu com a dependência externa. O Brasil deixa de ser subordinado à Portugal e passa para a dependência da Inglaterra a nova potência capitalista que emergia neste período. Portanto, na formação da sociedade brasileira, há permanências das opressões e de comportamentos patriarcais e racistas que são de natureza autoritários.

O negro só encontrou alguma oportunidade de transição balanceada ou quando submergia na economia de subsistência através das migrações que se sucederam à Abolição, pois os antigos escravos buscavam as regiões de origem, ou quando permanecia nas áreas que entravam em decadência e em estagnação econômica relativa. O trabalho livre não contou como uma fonte de libertação do homem e da mulher negros: ele os coloca em competição com os imigrantes em condições desiguais (FLORESTAN, 2017, p. 39).

O pressuposto histórico é de que não se pode falar de opressão de gênero e de raça, separado da ordem classista da sociedade contemporânea e das especificidades de cada sociedade. Saffioti (2013) chama nossa atenção para a indissociabilidade de classe, gênero e raça e também para a impossibilidade de separar os problemas locais e cotidianos das relações de dependência e subordinação dos países de capitalismo periférico ao capitalismo imperialista. Em nossa sociedade, as estratificações e os papéis sociais de cada grupo são determinados de acordo com a forma de acesso aos bens e às riquezas produzidas e isso tem sido justificado por uma ideologia onde as diferenças étnicas, de cor da pele, de sexo e classe são utilizadas como parâmetros de valor das capacidades produtivas e reprodutivas. Com isso, a opressão e exploração será sempre maior sobre o grupo humano que se caracteriza por possuir maior expressão das diferenças biológicas classificadas como inferiores.

Os condicionamentos históricos operam na reprodução das opressões e das desigualdades existentes, pois, no Brasil, não houve reparação dos despojos e da violência da dominação colonial contra os povos indígenas e negros. Por outro lado, se manteve no país uma economia dependente do mercado externo tendo por base uma estrutura agrária e agrícola que remonta ao período colonial, centrada na concentração e monopólio da terra e no monocultivo agroexportador.

O modo de organização da produção no Brasil, a partir da colonização, resultou na apropriação da riqueza material e imaterial produzida e distribuída de modo desigual e concentrado, e isso implicou em relações sociais de dominação, opressão e exploração de determinada raça, gênero e classe social, com diferentes formas e intensidade; certamente com uma violência e opressão da mulher muito maior.

Refletir sobre a luta das mulheres e os aportes do feminismo camponês e popular, com vistas à superação das desigualdades históricas é

Gênero, sexualidade e identidades

uma necessidade intrínseca ao sustentável e pleno desenvolvimento societário.

2 O feminismo camponês e popular e as suas contribuições históricas

As mulheres sozinhas não irão transformar a situação de opressão e exploração. No entanto, sem a liberação das mulheres, não se pode alcançar a emancipação humana. Temos em nosso país toda uma trajetória de lutas camponesas e indígenas e de rebeliões de pessoas escravizadas das quais as mulheres tomaram parte.

Não se pode supor que a luta das mulheres no campo brasileiro seja algo recente. Mesmo que não haja registro na história, as mulheres estavam à frente das lutas do seu tempo e, mesmo não se denominando feministas, elas estavam enfrentando as violências e escrevendo páginas de resistência, criatividade, esperanças e ensinamentos.

É preciso resgatar e aprender com a luta das mulheres pela superação do sistema patriarcal, racista, classista e imperialista que destrói vidas, violenta e desumaniza as pessoas. Por isso, interessa-nos compreender como as mulheres estão enfrentando a violência do capital, legitimada por um Estado patriarcal, autoritário, racista e burguês que estimula a violência armada das multinacionais do agro, hidro e mineral negócio e atuam diretamente na expropriação dos territórios dos povos indígenas, camponeses e dos quilombolas.

As mulheres do campo, através dos seus movimentos, vão estabelecendo um conjunto de lutas contra as opressões e a exploração e se afirmando como feministas. Elas estão construindo o feminismo no campo e trazem junto a luta contra a violência dirigida às mulheres, a luta por novas relações entre homens e mulheres, pelo direito à participação e organização política, sem deixar de lutar contra a privatização das terras, a mercantilização da água e energia, privatização do petróleo e gás, das florestas, da biodiversidade e oxigênio, das sementes e dos alimentos pelas transnacionais que atuam sobre os recursos estratégicos em nosso país, na América Latina e no mundo.

Não foi de imediato que as mulheres das organizações do campo se declarassem feministas. Vários fatores que apresentavam como inibidores da afirmação da identidade feminista. Os principais deles foram a deturpação e

as atribuições pejorativas ao feminismo e os preconceitos religiosos que reforçavam a submissão das mulheres e o controle do corpo feminino com a criminalização da liberdade sexual das mulheres, bem como o baixo nível de organização política no campo, provocado pela destruição das organizações sociais do campo, perseguição e assassinato das lideranças sociais durante o longo período de repressão vivido sob o regime da ditadura militar.

Entretanto, a participação feminina nas lutas no campo vai ganhar um novo impulso no final da ditadura militar, nos anos 1980 com o surgimento do MST. A partir daí surgem também outras organizações camponesas que, juntamente com o MST, irão se articular na Via Campesina (articulação mundial) e na Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC) que é uma instância de articulação continental²⁹. E a partir daqui nos cabe refletir sobre as condições que conduzem as camponesas nas lutas e a necessidade de propor a construção do feminismo camponês e popular. Segundo BATISTA (2017, p.295), citando depoimentos de SEIBERT (13/03/2018)³⁰.

“As mulheres camponesas, indígenas e afro-descendentes, no decorrer de sua trajetória vão se dando conta de que existem muitos feminismos, com os quais não se identificavam, entre eles, o feminismo liberal. Nesse sentido era necessário construir uma elaboração que dialogasse com as especificidades das bases do movimento camponês internacional e que fosse profundamente coletiva. Uma construção coletiva própria que apontasse as demandas, lutas e perspectivas dessas mulheres. Um feminismo que falasse de uma nova relação entre seres humanos e natureza, que pudesse desconstruir as relações hierárquicas e patriarcais entre homens e mulheres, que pudesse questionar a sociedade de classes apontando os percalços do trabalho reprodutivo no campo, que pudesse valorizar o trabalho das mulheres na reprodução das sementes crioulas, no reconhecimento das plantas medicinais e da saúde integral, na produção alimentar” (BATISTA 2017, p. 295).

²⁹ CLOC-Via Campesina é uma instância de articulação continental. São 84 organizações, em 18 países da América Latina e do Caribe que constitui uma força social mobilizadora presente em todos os espaços que ofereça propostas alternativas para o continente. A CLOC é parte da Via Campesina Internacional.

³⁰ SEIBERT, Iridiane Graciele. Feminismo Campesino e Popular: uma propuesta de las campesinas para el mundo. Brasil: MMC, CLOC-VC, 13 de março de 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/feminismo-campesino-y-popular-una-propuesta-de-las-campesinas-para-elmundo/>

Gênero, sexualidade e identidades

Segundo Michele Calaña (2020), dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)³¹, no contexto dos anos 1980, as mulheres do campo não tinham a oportunidade e nem as condições de acesso à literatura feminista e marxista, seja nas universidades ou através das organizações da classe que geralmente eram dirigidas pelos homens. Isso se constituía como desafios a serem enfrentados pelo feminismo. O movimento feminista do campo passa, então, a buscar respostas e propor reflexões para as seguintes indagações: como as mulheres vinham protagonizando a luta feminista, mesmo sem saber o que era o feminismo? Como estavam se organizando, lutando e defendendo os seus territórios? Quais eram as pautas das mulheres do campo? E como avançar no protagonismo feminino nos diferentes espaços de luta no campo? Estas, entre outras indagações, foram feitas pelas organizações de mulheres na busca de avançar no feminismo camponês e popular.

Batista (2019) vai mostrar que a elaboração teórica sobre o feminismo camponês e popular é algo bem recente.

Uma elaboração bastante recente e em processo de construção, mas que em suma prefigura seus fundamentos calcados num feminismo de classe, num feminismo socialista, anticapitalista, que discute e potencializa as particularidades da luta camponesa, negra e indígena sob o horizonte histórico do socialismo (BATISTA, 2019, p. 294).

No decorrer destas lutas as mulheres vão adquirindo experiências, ampliando suas leituras de mundo e reformulando suas formas de organização. Estas experiências vão se dando seja através de movimentos mistos, seja de movimentos autônomos, onde a ação das mulheres vem qualificando o movimento feminista e reposicionando as forças populares na estratégia de luta política.

No âmbito do movimento feminista no campo há uma identidade e interesses comuns de classe que unem, a partir da materialidade das opressões e exploração que as mulheres estão enfrentando contra o agro, o hidro e o mineral negócio e todas as formas de opressões e violências que pesam sobre as mulheres.

³¹ Michele Calaña 2020, *mimeo*, estudo ainda não publicado.

O Feminismo Camponês e Popular, portanto, caracteriza-se por sua identidade de classe, das classes trabalhadoras do campo e que carrega como horizonte estratégico a construção socialista, pois suas demandas são incompatíveis com esta sociedade capitalista (BATISTA, 2019, p. 295).

A construção do feminismo camponês e popular avança na elaboração e na articulação das lutas das mulheres ao identificar as contradições que atingem a vida destas mulheres; as violações e opressões que as ligam em sofrimento e os laços comuns que unem e as mobilizam em lutas, sem que não se perda e nem se negue suas identidades particulares, sejam elas camponesas, assalariadas rurais, indígenas, pescadoras, quilombolas, ribeirinhas, sem terra, entre outros segmentos.

O Feminismo Camponês e Popular acaba sendo uma síntese da trajetória da luta interna das mulheres na CLOC-VC que inicia pela pauta da igualdade de gênero, pela valorização do papel da mulher na luta produção agroecológica, pelo acesso à terra e a créditos, pela participação na tomada das decisões política e econômica de suas próprias organizações e no movimento internacional. Uma formulação que recupera o protagonismo das mulheres na luta de classes no campo. Uma síntese que ainda em construção, mas que se conecta com a construção de um projeto político na perspectiva de emancipação humana (BATISTA, 2019, p.294).

Nos seus estudos sobre o feminismo na via campesina, Batista (2019) afirma que foi a necessidade de qualificar o debate interno sobre a igualdade de gênero e de garantir a participação nos espaços e instâncias dos movimentos do campo, que levou à formulação do que se tem chamado “Feminismo Camponês e Popular”.

A autora destaca dois grandes momentos da Via Campesina Internacional como propícios ao avanço da elaboração do feminismo camponês e popular: um deles foi a Conferência Internacional de Bangalore no ano de 2000 onde ocorre um salto de qualidade organizacional, com uma participação equitativa entre camponeses e camponesas, e que possibilitou decisões importantes na estrutura organizativa como a adoção da paridade de gênero (um homem e uma mulher) nas reuniões internacionais do movimento. O outro grande marco diz respeito à realização da Conferência de Escala Hera em 2017, onde se questiona que para além da opressão do

Gênero, sexualidade e identidades

gênero feminino, há ainda opressão quanto à diversidade de identidade de gênero (Batista, 2019, p.298).

Não foi casual que as formulações sobre o feminismo camponês e popular se dão no amplo espaço de articulação dos movimentos camponeses como a Coordenação Latina América de Organizações Camponesas (CLOC) e a Via Campesina, espaços de articulação das lutas camponesas ao nível internacional, pois, estas formulações são apenas a apreensão das muitas lutas que já vêm se dando no campo, no continente, nas quais as mulheres têm sido grandes protagonistas. Também é fruto de toda uma análise da ofensiva mundial do capital sobre o meio ambiente, a natureza e a vida das pessoas no campo. Contradições já há muito enfrentadas pelos povos do campo na América Latina. Entretanto, a elaboração do feminismo camponês e popular vai possibilitar articulações para lograr organizações de impulso à luta feminista e às mobilizações das mulheres camponesas latino-americanas.

Entre as decisões que são reiteradas e aprofundadas nas conferências internacionais que se seguiram uma delas teve grande importância na reestruturação da força organizativa dos movimentos e na participação política das mulheres, qual seja, a exigência da representação igualitária entre homens e mulheres na representação junto à CLOC. Essa decisão tenciona para que os movimentos adotassem essa deliberação também nas suas próprias instâncias organizativas.

Os compromissos e bandeiras assumidas pela CLOC inclui a luta pelos direitos das mulheres, o combate às violências e ao feminicídio; a defesa dos territórios campesinos; a soberania das mulheres sobre os seus corpos, a soberania alimentar e a valorização do trabalho das camponesas; com vistas à construção de novas relações sociais de gênero, classe e etnias. Esse compromisso vem impulsionando novas lutas e resultando em aprendizados e sínteses extraídos destas experiências. A formulação é de que o patriarcado, capitalismo, racismo e colonialismo são constitutivos dos conflitos no campo, revelando as contradições e os embates enfrentados pelas mulheres no que diz respeito à questão as violências contra as mulheres e os povos do campo. O feminismo camponês e popular também tem avançado na defesa dos direitos das populações LGBT, demarcando posições políticas do feminismo no campo e reposicionando os movimentos e suas lutas.

O feminismo camponês e popular reafirma a luta política das mulheres e traz junto dessa luta as bases materiais para o uso da terra e as

formas de organização da produção e gestão do trabalho no campo, em que se inclui a esfera doméstica e as atividades de reprodução da vida através ações concretas e do trabalho, seja nas lavouras, no lar, e demais espaços de trabalho e da vida em geral. Há singularidades na forma de vida e no trabalho feminino no campo; essas variam de acordo ao uso e propriedade da terra e as suas formas de acesso, pois pode ser por mulheres sem-terra, assentadas, trabalhadoras rurais, camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, trabalhadoras na mineração, entre outras estratificações sociais.

A principal forma de trabalho das mulheres é a produção de alimentos na lavoura e também no espaço doméstico, esses trabalhos mantêm relação com a agroecologia, a defesa do território, a defesa da soberania alimentar e o direito a uma alimentação saudável. Coube às mulheres do campo, no âmbito do movimento camponês internacional, o protagonismo no debate da soberania alimentar, o enfrentamento aos transgênicos e defesa das sementes como patrimônio da humanidade. Tudo vem avançando na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis, trazendo junto a luta pela reforma agrária, a defesa dos territórios, das águas e das florestas e a defesa da vida, apontando para a construção de novas sociabilidades, novos valores e novo projeto de campo e de sociedade.

Veja depoimento de Itelvina Massioli, dirigente do MST Brasil, falando da amplitude das lutas feministas no campo, conforme citado por Batista (2019, p. 297):

E desde a Via Campesina temos discutido que o feminismo é para nós toda uma luta política não só da emancipação das mulheres, como de emancipação humana. As mulheres, somos parte histórica da luta em defesa da vida, em defesa do campo, na construção da Via Campesina, e ser feminista não é apenas algo restringido às mulheres. As mulheres e os homens revolucionários, comprometidos com um processo de liberação têm que se afirmar na sua prática, na sua vida, ser feminista. De modo que somos arquitetas também de nosso destino, do povo do campo e de construir um mundo sem violência. Um mundo de respeito, um mundo onde todos, homens e mulheres, possamos nos desenvolver plenamente com todas nossas possibilidades humanas.

Sem negar que ocorra uma sobrecarga e responsabilidade feminina sobre os trabalhos domésticos, devido às particularidades do trabalho das

Gênero, sexualidade e identidades

mulheres no campo, o feminismo camponês e popular tem um olhar próprio sobre esse trabalho. O trabalho doméstico no campo se diferencia do trabalho doméstico nas cidades. Ele tem a ver com a cultura alimentar e a renda familiar, com a soberania alimentar, a produção e consumo de alimentos saudáveis, com a defesa agroecologia e o combate ao uso do agrotóxico; tem a ver com a forma de organização do trabalho, uso e propriedade da terra.

E que de alguma maneira está relacionado à manutenção da família no que diz respeito à produção de alimentos, ao cuidado com a saúde, com os filhos, com os anciãos, e com a vida doméstica. Neste caso, na divisão sexual do trabalho no campo, o homem está sempre à frente do trabalho produtivo para a comercialização, e no controle das finanças da unidade familiar. Isso não significa que a mulher também não realize o trabalho produtivo, mas são consideradas apenas ajudantes. O debate que se encontra em efervescência é que o trabalho reprodutivo neste caso também é trabalho produtivo e gera riqueza, mas que numa sociedade capitalista encontra-se subsumido a tal (BATISTA, 2019, p. 295).

No campo, o trabalho doméstico é de grande importância na geração de renda, no entanto, segue sendo desvalorizado. As mulheres produzem alimentos tanto para o consumo quanto para a venda. Produzem doces, compotas de frutas e de verduras, além de outros produtos que são vendidos nas feiras livres para ampliar a renda familiar. A crítica que o feminismo camponês e popular faz sobre isso é que, apesar de tão relevante, mesmo assim o trabalho e a produção doméstica segue sendo ainda mais desvalorizada, quando feito pelas camponesas.

A produção de alimentos realizada pelos camponeses e camponesas é desvalorizada no mercado capitalista. Isso implica no baixo preço dos produtos e da baixa renda obtida pelos camponeses e camponesas pelos frutos do seu trabalho. No caso do trabalho doméstico, soma-se a isso a desvalorização do trabalho feminino. Por isso não basta que os trabalhos das mulheres do campo sejam considerados produtivos, pois a desvalorização da mão de obra no campo, se expressa nos baixos preços dos alimentos e isso também atua para reduzir o valor dos salários pagos a classe trabalhadora, sendo, portanto, um dos fatores que garante as altas taxas de lucros dos capitalistas. Por isso, vimos quão necessárias são as elaborações do Feminismo Camponês Popular que surge com a CLOC, ao lançar um olhar sobre as especificidades do trabalho e sobre luta das mulheres no campo,

contudo, não despreza as contribuições gerais do movimento feminista, todavia trazia à baila as lacunas apresentadas pelas correntes feministas que no entender das mulheres dos movimentos camponeses se distanciavam da realidade das mulheres do campo, suas pautas e lutas.

Não se pode negar que existem lacunas e desafios que se apresentavam tanto do ponto de vista da elaboração, quanto das lutas e ações práticas do feminismo em nosso continente. No feminismo que vem se constituindo a partir da luta das mulheres do campo, as lacunas estão sendo encaradas como elementos potenciais de uma formulação por parte das camponesas para quem a luta feminista mistura de certa forma as diversas lutas contra as opressões e explorações. Assim, a compreensão a que se chega é a de que o feminismo camponês e popular é uma apreensão de uma prática real, conduzida pelas mulheres no campo, é também um movimento político, que envolve as mulheres na luta para superar as opressões, violências e explorações que atravessam suas vidas.

Na perspectiva do feminismo camponês e popular é necessário articular a luta das mulheres no campo partir dois aspectos integrados: a luta para transformar as condições de produção e reprodução da existência, pois a produção capitalista no campo, se faz com a expropriação dos povos do campo e a exploração do trabalho onde apropriação dos resultados e da riqueza produzida e distribuída de modo desigual e concentrado, incorrem em relações sociais de opressão e super exploração das atividades produtivas e reprodutivas das mulheres; e a luta para suplantando a ideologia do patriarcado alterando as estruturas e instituições que conformam as classes sociais, a ordem racial, sexista e o sistema político, desde o micro ao macro espaço da sociedade.

Na estratégia do feminismo camponês e popular se faz necessária a luta cotidiana por transformações desde o micro e o macro espaços de vida. Tais transformações devem implicar em mudanças qualitativas que reorientem os valores pelos quais a sociedade se pauta e projetem novas relações solidárias entre homens e mulheres, entre etnias e nações. Neste mesmo sentido, compreende-se que os desafios do movimento feminista é estabelecer os vínculos com a realidade local e social que vivem estas mulheres, enfrentando os seus problemas sejam econômicos, familiares, sociais buscando saídas coletivas e, ao mesmo tempo realizando a propagação

Gênero, sexualidade e identidades

das ideias e da literatura, feministas e do projeto popular de nação buscando elevar as consciências e impulsionar as lutas por transformações.

O feminismo camponês e popular estabelece nexos entre as situações enfrentadas pelas mulheres nos diferentes espaços em que elas atuam para criar as condições de existência. Ele incorpora os aprendizados das experiências das lutas das mulheres enquanto um fator pedagógico que contribui para elevar as consciências, enquanto arma de combate às violências, favorecendo à construção de uma nova cultura política.

Para as mulheres do campo, a sua libertação das opressões e exploração, está relacionada com a libertação da terra. O acesso à terra é o que garante às mulheres a condição de produzir alimentos e a auto sustentação econômica e isso é o que rompe em muitos aspectos a condição de opressão e de exploração do trabalho na lavoura e com o lugar da mulher como completamente dependente e subordinada à vontade do pai/marido /irmão/filho.

A violência estrutural que resulta na expropriação dos territórios dos povos do campo tem sido legitimada pelo Estado patriarcal, racista e burguês. Para se ter um exemplo da intensa concentração de terras no Brasil, basta considerar que até a década de 1960 a população do campo era bem superior à população urbana. Nesta década, a reforma agrária estava no centro das lutas por um projeto socialmente justo de país. Entretanto, as classes dominantes, com os militares, instituíram um golpe de Estado em 1964 e destruíram e inviabilizaram as possibilidades da democratização do uso da terra no Brasil.

A participação organizada das mulheres camponesas, como movimento político na zona rural brasileira, começou na década de 1950, com maior organicidade na década de 1960, a partir da Constituição das Ligas Camponesas. Todavia o golpe militar de 1964 no Brasil, impossibilitou o avanço dessas lutas e as principais lideranças foram assassinadas ou perseguidas. Cabe lembrar a trajetória de Elizabeth Teixeira e de sua família, na qual dois dos seus filhos e o marido foram assassinados pelo latifúndio e a filha mais velha se suicidou em decorrência da depressão motivada pelo assassinato do pai. Elizabeth também foi presa e perseguida pela ditadura, por isso teve que fugir da Paraíba para o Rio grande do Norte onde adotou o nome falso de Marta Maria da Costa, e permaneceu escondida, lavando roupa

e lecionando para sobreviver, e impedida de qualquer contato com os seus filhos e família por 17 anos.

Sem alternativa de vida e trabalho no campo durante os largos períodos da ditadura militar no Brasil, os povos do campo se viram forçados à migração para escapar da violência dos latifundiários e do coronelismo, ou da fome e do abandono social. Somente nos finais dos anos setenta, tanto na cidade como do campo, começam a ressurgir na cena da luta política a rearticulação dos trabalhadores. Vai ser nesse período que as famílias sem terras, apoiadas na teologia da libertação iniciam um processo de resistência nos seus territórios e passam a realizar as ocupações de terra. Essas resistências irão possibilitar a fundação do MST, em 1984. Com o reascenso da luta pela terra e pela reforma agrária. Com o surgimento do MST as famílias sem-terra e, principalmente, as mulheres irão decisivamente participar das ocupações de terra.

A ocupação é um acontecimento marcante na experiência de homens e mulheres assentados, porque é o momento da decisão de entrar na luta e se constitui no primeiro enfrentamento com as forças contrárias. Dependendo da motivação para entrarem nesse processo e do grau de envolvimento dos membros da família, essa fase poderá influir, com peso maior ou menor, no desenvolvimento das seguintes (PAVAN, 1998, p. 7).

Uma das primeiras lutas das mulheres do campo foi pelo reconhecimento como trabalhadoras rurais, pois elas estavam completamente invisíveis, e alijadas da posse da terra, do direito à educação e saúde, aos direitos previdenciários e trabalhistas e até mesmo ao direito de participação política nos sindicatos. Até 1996, não havia na legislação do INCRA, o reconhecimento do direito de as mulheres receberem lotes na implantação dos assentamentos, superando a condição de dependência em relação a pais ou irmãos. Muitas famílias que ocupavam as terras eram constituídas por mulheres viúvas, solteiras e separadas, isso exigia o reconhecimento delas como beneficiárias da Reforma Agrária. Neste ano é registrada a primeira grande vitória das mulheres; o direito até então negado: o de ser titular da terra. O que significa ter o título da terra no seu próprio nome.

As lutas das mulheres por direitos se estenderam da década de 1980 ao início dos anos de 1990 e foram de grande importância para o

Gênero, sexualidade e identidades

reconhecimento e visibilidade da mulher trabalhadora do campo, até então, invisíveis até mesmo nos censos nacionais. Essas lutas envolveram o conjunto das articulações das mulheres do campo ligadas aos movimentos de luta pela terra e aos movimentos sindicais das trabalhadoras do campo, pois, muitas dessas mulheres nem sequer possuíam registro de nascimento, nem sequer sabiam ler e escrever. Além da falta de estrutura social no campo, o machismo era um dos principais obstáculos que dificultava a alfabetização das mulheres. Junto à luta pela terra, as mulheres também estavam lutando contra o machismo e pelo direito à documentação e à alfabetização. No MST, houve uma intensa campanha nos assentamentos e acampamentos para erradicar o analfabetismo em todos os seus territórios, e isso foi um grande ganho das mulheres.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, a falta de políticas para a pequena agricultura, combinada com os baixos preços da produção camponesa, contribuiu para a perda das terras para os bancos em função de dívidas. Neste período, cerca de 450 mil pequenas propriedades, com áreas inferiores a 10 hectares, desapareceram. Também foi durante esse governo que ocorreu a grande ofensiva contra os movimentos do campo, com o aumento dos assassinatos dos trabalhadores. Cabe lembrar os dois maiores massacres de trabalhadores sem terra na história do país, o de Corumbiara em 1985 em Rondônia e o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1986 no Estado do Para, fatos que provocaram o maior levante do campo, como foi a Marcha dos Sem Terra a Brasília, realizada de fevereiro a abril de 1997 a qual mobilizou cerca de cem mil pessoas. Portanto, é no final dos anos noventa que surgem, na cena política, as grandes mobilizações realizadas pelos movimentos do campo, que também abrem caminho para as grandes mobilizações de trabalhadoras rurais.

Em março de 2000, coordenadas pela Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e pelo MST, quando 3.600 mulheres de 26 estados montaram em Brasília o primeiro acampamento de mulheres rurais. A principal pauta do movimento era a reforma agrária e o assentamento das famílias Sem Terra. Em agosto desse mesmo ano, também ocorre a marcha da margarida, coordenada pela Comissão de Mulheres da Confederação Nacional de Trabalhadores (as) da Agricultura (CONTAG), em parceria com as organizações autônomas de mulheres do campo, e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste -MMTR-NE,

que mobilizou cerca de 20 mil mulheres. Segundo Deere (2004, p. 193), a reivindicação do título de propriedade conjunta da terra para casais nos assentamentos de reforma agrária apareceu como prioritária.

A partir de meados dos anos noventa, com a expansão do monocultivo e o modelo de produção do agronegócio isso irá exigir novas formas de lutas das mulheres e dos movimentos populares do campo. Nesta conjuntura, a concentração de terras não diminuiu e os latifundiários continuaram com uma força ainda maior, mas o que eles representavam nesse momento é o agronegócio, principal força contrária à reforma agrária e defensora da concentração de terra e da monocultura. Neste período em curso no país, há a aprovação das leis para a liberação da manipulação genética, o cultivo, da comercialização e consumo de sementes e produtos geneticamente modificados e o uso dos agrotóxicos. Também há a aprovação de leis que favoreçam a concentração de terras, destruição da biodiversidade e o desmatamento. Essas propostas estão articuladas também ao projeto implantação da ALCA, área de livre comércio das Américas. Essas políticas são recusadas pelos movimentos do campo.

O agronegócio envolve grandes empresas agrícolas nacionais e estrangeiras e é um modelo de produção agrícola, que se apoia na grande concentração de terras, de recursos e tecnologias e, ao mesmo tempo, difunde no campo um padrão produtivo baseado no monocultivo, e com alto uso de agrotóxicos. Ele está voltado para a agricultura de exportação e para o mercado externo e tem sido responsável pelo aumento da dependência da agricultura brasileira às empresas transnacionais e às tecnologias estrangeiras.

A luta contra o modelo do agronegócio e a luta pela democratização do uso da terra e dos recursos naturais têm, podemos assim dizer, a marca do protagonismo das mulheres do campo. As mulheres seguem denunciando os crimes do latifúndio e do agronegócio e combatendo as desigualdades e violências históricas no campo, bem como propondo a democratização da terra e novas formas de produção e vida no campo com base na agroecologia e na construção da soberania alimentar.

Visando resistir e assegurar a sobrevivência, os movimentos do campo assumem a luta contra o modelo da agricultura capitalista que se expande no país, e propõem um novo projeto de agricultura com base na

Gênero, sexualidade e identidades

democratização da terra, na diversificação da produção e na defesa de uma agricultura orgânica. Dentro dessas propostas, o coletivo de mulheres do MST assume a luta contra os transgênicos e elabora uma cartilha orientando toda a base feminina e o conjunto das organizações do campo a se lançarem na luta contra o monopólio do conhecimento através do uso da biogenética, contra os transgênicos e a favor das sementes como patrimônio da humanidade, conforme podemos ver no documento a seguir:

(...) as mulheres observaram nas sementes das frutas, que utilizavam para se alimentar, a formação de outra planta, garantindo a continuidade da espécie, perceberam que nelas existia vida. Ao longo do tempo foram realizando um processo de reproduzir as sementes, aperfeiçoando, multiplicando, guardando e passando para as gerações futuras, dessa forma desenvolvendo um conhecimento milenar num processo de partilha que lhes garantia o aumento da diversidade genética. Criando costumes, rituais, crenças, mística, religiosidade, receitas, conhecimentos numa relação harmônica e de respeito com a natureza. As mulheres foram às primeiras cientistas empíricas (MST cartilha Mulheres Sem Terra semeando lutas e novas relações de gênero –2004, p. 26).

A campanha das sementes deve ser permanente, é uma ferramenta para combater e resistir o modelo tecnológico que ameaça a vida e garantir a soberania. É um instrumento contra a propriedade intelectual onde as empresas se apropriam das pesquisas públicas e criam leis de patentes tirando do povo a possibilidade de melhorar seus conhecimentos e de passar para gerações e usar as que já conhece (Idem,2004, p 28).

A partir do ano 2000, as mobilizações das mulheres se intensificam. Esta década vai ser marcada pelas ocupações de terra impulsionadas por mulheres. Um marco destas ações foi a ocupação da Aracruz Celulose no Rio Grande do Sul, no dia 8 de março de 2006, por 2 mil mulheres da Via Campesina. As mulheres com essa ocupação demarcam a posição contra o agronegócio e a monoculturas do eucalipto, que nomeiam de ‘desertos verdes’. Depois da ocupação, as manifestantes fizeram uma marcha e entregaram à Conferência da FAO um documento de reivindicações.

A partir dos aprendizados extraídos das próprias experiências, as mulheres irão construir espaços próprios que possibilitarão uma participação mais qualificada nos seus movimentos. Ao deparar com as dificuldades, elas vão tomando consciência da opressão. Essa consciência será impulsionada também a partir dos contatos que vão estabelecendo com outras organizações de mulheres e alguns intelectuais feministas. Assim, outra importante

dimensão do feminismo camponês e popular, que merece ser destacada, é sua contribuição nos aspectos organizativos e comunitários da vida no campo e a importância dessas formas de sociabilidades na vida das mulheres. As novas formas de organização comunitária possibilitam novas vivências, ampliando os conhecimentos, alargando horizontes e fortalecendo novas formas de relações entre as pessoas.

As mulheres estão a construir espaços de maior liberdade, autonomia e reconhecimento político e familiar. A organicidade nos núcleos de base, coletivos de mulheres, setor de gênero, coletivo LGBT, e diversas formas outras de organização comunitária fortalecem a organização dos movimentos populares e a participação feminina.

O feminismo camponês e popular tem buscado politizar mulheres e homens sobre as tarefas relativas aos cuidados e à necessidade de repensar as formas de divisão do trabalho quer sejam na comunidade, quer sejam nas cooperativas e associações, e no ambiente doméstico, ao mesmo tempo que compreende o trabalho doméstico. Um exemplo disso foi a politização do debate sobre a infância no MST, que nasce da discussão sobre a integração das mulheres nas atividades das cooperativas e a necessidade dos cuidados às crianças. Essa discussão leva o MST avançar para pensar o que é a infância sem terra, o papel da família, do homem e da mulher, da escola, do movimento, da sociedade e do Estado no trato das crianças.

É a partir da ação concreta que o feminismo camponês e popular vai criando métodos organizativos e fortalecendo os vínculos entre as mulheres, contribuindo para o avanço das lutas, sem desvincular a luta do campo da luta do conjunto da classe trabalhadora brasileira. É sobre esse prisma que devemos olhar as perspectivas das lutas feministas no campo, ao articular a luta pela terra e a reforma agrária à luta pela soberania alimentar e a luta contra o domínio do corpo e a exploração do trabalho das mulheres.

O feminismo camponês e popular estabelece vínculos entre teoria e prática. Ele parte da realidade em que vivem as mulheres, buscando saídas coletivas para os problemas que elas estão enfrentando e, ao mesmo tempo em que vão formulando a literatura feminista, buscam qualificar as lutas populares e elevar as consciências das mulheres e dos homens das classes oprimidas e exploradas. Ele busca fortalecer os espaços de participação, representação coletiva e participação direta das mulheres, sem deixar de

Gênero, sexualidade e identidades

combater e problematizar as contradições e tensões que estão se dando no âmbito social, econômico e político que subjuga, desvaloriza, oprime e exclui as mulheres.

A luta das mulheres e ação do movimento feminista é uma das maiores armas do combate à ofensiva do capital sobre a vida das pessoas e sobre a natureza e para combater a violência estrutural que se pauta em um ideário conservador, de cunho fascistizante, patriarcal e classista, que alimentar a exploração, o racismo, a violência contra as mulheres e o feminicídio.

É esperançoso constatar que as mulheres do campo seguem se auto-organizar e lutar pelo direito à participação política, à autonomia das mulheres sobre seu trabalho, sua produção e seus corpos, fortalecendo a organização popular e o feminismo, seja através dos movimentos mistos, seja através de movimentos de mulheres auto-organizadas. Também é de grandiosa importância a dimensão política e organizativa das mobilizações do movimento feminista na articulação das diversas forças a nível nacional e internacional para enfrentar a ofensiva desse modo de produção patriarcal, racista, sexista e neocolonialista, que provoca destruições e mortes e que está impondo uma crise global de graves consequências para a civilização humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Djacira Maria de Oliveira. *A pedagogia do Movimento Sem Terra e Relações de Gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento*. Dissertação Salvador: UFBA, 2011.

BATISTA, Andrea Francine. *Movimento camponês e consciência de classe: a práxis organizativa da Via Campesina Internacional na América Latina / tese de doutorado*. Rio de Janeiro, 2019.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: Um assunto de Mulheres? In: FARIA N., NOBRE M. (Orgs.). *A produção do viver*. Cadernos Sempreviva, nº 8 – pp. 11-43 São Paulo, 2003.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): p. 175-204, janeiro-abril/2004.

ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Editora - Bertrand, 2000.

GODINHO, Tatau: O feminismo e a luta dos trabalhadores. In: *Construindo Novas Relações de Gênero – desafiando relações de poder: Setor Nacional de Gênero – MST*, julho de 2003.

MARX, ENGELS, LÊNIN. *Práxis: sobre a mulher*. São Paulo: Global, 1980.

PAVAN, Dulcinéia. *As Marias Sem Terras – Trajetória e Experiências de Vida de Mulheres Assentadas em Promissão/SP – 1985 a 1986*. São Paulo: PUC, 1998.

RANDALL, Margaret. *As Mulheres da Nicarágua - Estamos todas despertas*. São Paulo: Ed. Global, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. *A mulher na Sociedade de Classes Mito e Realidade*. 3ª Edição, São Paulo, Expressão Popular, 2013

SILVEIRA, Gema. *Por uma memória de inclusão da Mulher*. São Paulo: 2004. mimeo.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do Feminismo no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1993.